

Indicadores das condições de trabalho e saúde dos professores da educação básica no Brasil¹

Ada Ávila Assunção²

Orcid: 0000-0003-2123-0422

Emanuella Gomes Maia³

Orcid: 0000-0001-6655-0230

Resumo

O objetivo foi apresentar os indicadores das condições de trabalho e saúde dos professores e descrever os resultados do estudo nacional que entrevistou 6.510 professores com um questionário testado. O plano amostral, com representatividade nacional, foi orientado pelo método de amostragem estratificada simples, com estratificação definida visando a atender aos domínios de análise de interesse (cinco regiões geográficas, duas áreas censitárias, quatro faixas etárias, sexo, três dependências administrativas da escola, cinco tipos de vínculo e seis etapas de ensino) e a seleção por amostragem aleatória simples de professores dentro de cada estrato. O sorteio dos professores foi baseado no Censo Escolar de 2014. Nove indicadores de saúde foram elaborados e avaliados: percentual de autoavaliação negativa de saúde e de doenças profissionais; percentual de absenteísmo por doença em geral, por problema de voz, problemas respiratórios e problemas emocionais; uso de medicamento ansiolítico ou antidepressivo; acesso a exame médico periódico, e licença médica por problema de saúde pessoal. Quanto aos indicadores de condições de trabalho, ruído intenso, violência verbal, falta de apoio, pouca autonomia e pressão laboral foram associados aos piores resultados de saúde. No debate sobre a valorização, justifica-se abordar a necessidade de ações de vigilância à saúde articuladas pelo princípio da integralidade da atenção à saúde do professor.

Palavras-chave

Valorização do professor – Políticas educacionais – Saúde do trabalhador – Condições do trabalho docente.

1- Disponibilidade de dados: Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

2- Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. Contato: avilaufmg@gmail.com

3- Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Ilhéus, Bahia, Brasil. Contato: egmaia@uesc.br



<https://doi.org/10.1590/S1678-4634202551290495por>
This content is licensed under a Creative Commons attribution-type BY 4.0.

Indicators of working conditions and health among basic education teachers in Brazil

Abstract

This study aimed to present indicators of teachers' working conditions and health and to describe the results of a national study that surveyed 6,510 teachers using a validated questionnaire. A nationally representative sample was obtained through simple stratified sampling, with strata defined to cover key domains of analysis (five geographic regions, two census areas, four age groups, gender, three types of school administration, five contract types, and six levels of teaching). Teachers were randomly selected from within each stratum based on the 2014 School Census. Nine health indicators were developed and assessed: prevalence of poor self-rated health and occupational illnesses; rates of absenteeism due to general illness, voice-related issues, respiratory problems, and emotional distress; use of anxiolytic or antidepressant medication; access to periodic medical exams; and medical leave for personal health reasons. Regarding working conditions, high noise levels, verbal abuse, lack of support, low autonomy, and work pressure were associated with poorer health outcomes. In the context of the debate on teacher appreciation, these findings support the need for health surveillance initiatives guided by the principle of comprehensive healthcare for teachers.

Keywords

Teacher appreciation – Educational policies – Occupational health – Teacher working conditions.

Introdução

As condições de trabalho designam as circunstâncias sob as quais os trabalhadores e as trabalhadoras desenvolvem suas atividades. As condições psicossociais de trabalho têm a ver com o grau de controle exercido pela gestão sobre os fazimentos laborais. As condições de trabalho físicas ou materiais estão relacionadas às instalações e conforto da sala de aula e da escola, entre outros determinantes. A adequação das condições de trabalho às tarefas que são requeridas ao professor é por este percebida como um tipo de recompensa pelo seu engajamento e esforço em face dos objetivos do sistema educacional e da organização escolar. Dentro desse prisma, as condições de trabalho estão articuladas à valorização dos professores (Akiba *et al.*, 2023).

Neste artigo, tomamos as escolas não somente como estabelecimentos de ensino-aprendizagem, mas sobretudo como locais de trabalho (Oliveira, 2004). Seguindo os autores (Stacey *et al.*, 2020; Madigan *et al.*, 2021; Assunção, 2019), abordaremos as relações entre as condições de trabalho e a saúde dos professores (as) na esfera da valorização desses (as) profissionais.

Os princípios da política educacional brasileira foram definidos na Constituição de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996. O destaque para o espectro da valorização do trabalho docente e dos professores faz parte desses princípios, sendo explícito no Plano Nacional de Educação. Entre os argumentos arrolados no texto do referido plano, está a necessidade de uma política global com vistas a articular condições de trabalho, formação, salário e carreira dos professores da Educação Básica (Brasil, 2014).

A saúde dos professores tem a ver com as metas de valorização contidas ou não nas políticas educacionais. O acesso aos recursos e bens fundamentais para proteger a sua saúde dependem da situação socioeconômica e do grau de proteção que o tipo de emprego na escola lhes confere. Como trabalhadores, a infraestrutura e os meios pedagógicos que dispõem para exercer a sua profissão coincidem com a qualidade dos serviços escolares. Conhecer as articulações entre saúde e trabalho dos professores reforça a intenção de reverter a desigualdade de oferta e qualidade de ensino. Se for assim, os resultados no âmbito da saúde desses profissionais provavelmente contribuirão para a superação de tal realidade.

O objetivo no presente artigo é duplo: propor indicadores para avaliar condições de trabalho e a saúde dessa categoria profissional e descrever os resultados neste âmbito obtidos de um estudo nacional - Educatel - com amostra probabilística de professores da educação básica (Assunção, 2019).

O desenvolvimento do artigo foi estruturado em seis partes, incluindo esta introdução. A segunda seção foi dedicada a tecer os argumentos que justificam a abordagem das condições de trabalho e saúde dos (as) professores (as) quando se postula a valorização da categoria. Na terceira seção, entendendo que as condições de trabalho também são dimensões articuladas ao valor social dos professores, foram definidos os indicadores dessas condições e da saúde dos professores. Delineamento e procedimentos principais do Estudo Educatel foram abordados na quarta seção. Na seção seguinte, foram descritos e discutidos os resultados no que se refere à avaliação daqueles indicadores. A sexta seção foi dedicada às considerações finais, em que os primeiros resultados da aplicação dos indicadores elaborados foram interpretados com atenção às metas de valorização da categoria.

As metas de valorização e a saúde dos professores

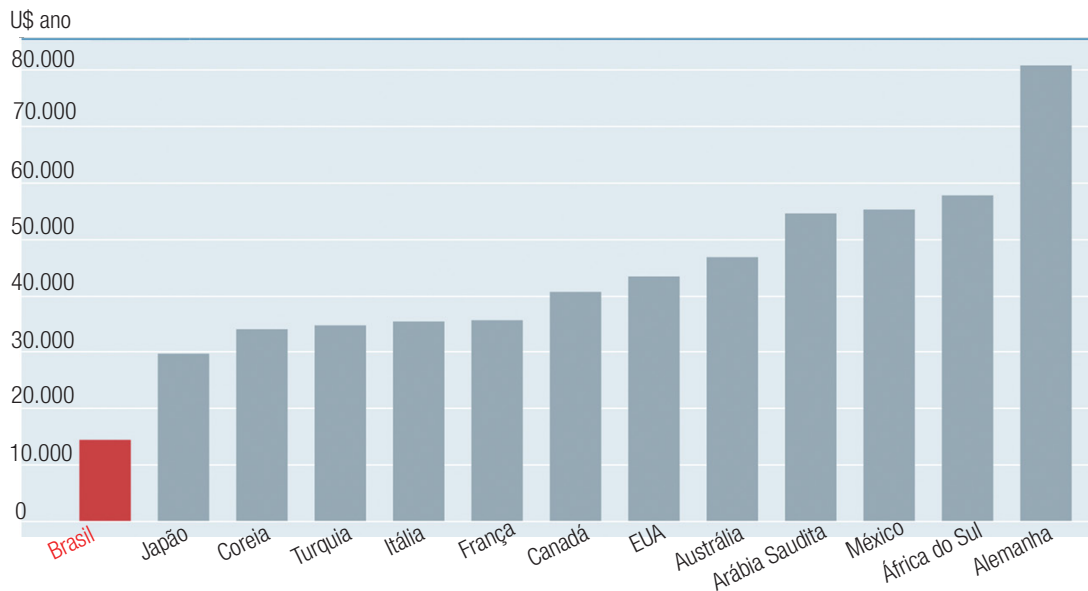
Por que o foco nas condições de trabalho quando a aposta está em promover a valorização dos professores? Em primeiro lugar, o papel dos professores é fundamental no processo ensino-aprendizagem. A categoria dos professores é numericamente expressiva no conjunto da força de trabalho, sendo reconhecidos, em segundo lugar, os seus direitos enquanto cidadãos e trabalhadores. A infraestrutura e meios pedagógicos que dispõem para exercer a sua profissão, em terceiro lugar, são condições de trabalho, ao mesmo tempo que estão associadas com a qualidade dos serviços escolares (Vasconcelos *et al.*, 2021; UNESCO, 2019). É provável que os desafios educacionais, como evasão, repetência, fraco rendimento, estejam sob influência da realidade que o professor encontra para trabalhar (Madigam; Kim, 2021; Toropova; Myrberg; Johansson, 2021; Hypolito, 2015). Em quarto lugar, resultados de pesquisas recentes no Brasil (Simões; Cardoso, 2022; Tavares; Honda, 2021; Silva; Fischer, 2020; Araújo *et al.*, 2019; Maia *et al.*, 2019) e em outros países

(Akiba *et al.*, 2023; Toropova; Myrberg; Johansson, 2021; Madigan; Kim, 2021; Scheuch *et al.*, 2015) indicaram ocorrências inaceitáveis de faltas ao trabalho por motivo de saúde, doenças crônicas no plano físico e psíquico, enfrentamento de agressões físicas e verbais praticadas pelos próprios alunos e seus familiares, entre outras situações.

O valor social da categoria depende de uma complexa teia de relações no bojo da sociedade e no setor específico em que a profissão é exercida. Sabemos que a forma como as ocupações são organizadas e controladas confere prestígio aos seus profissionais (Akiba *et al.*, 2023). Além disso, o valor social de uma ocupação tem a ver tanto com o grau e tipo de especialização exigidos para o exercício profissional, quanto depende dos rendimentos auferidos por esta categoria em relação às outras ocupações (Estormovski; Esquinsani, 2022; Silva *et al.*, 2019). A constatação não é recente. A clássica obra de Esteve Zaragoza (1999), *O mal-estar docente*, já destacava a questão salarial como um dos determinantes do fraco prestígio da profissão docente perante a sociedade.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD, 2023) sistematizou informações sobre o salário anual dos professores de diferentes países. Vejamos que os professores brasileiros que ensinam no Ensino Médio são o grupo com menor rendimento no ranqueamento (Gráfico 1). Nos outros níveis de ensino (dados não apresentados aqui), a tendência se mantém.

Gráfico 1- Distribuição da remuneração (em dólares americanos) anual do professor atuando no Ensino Médio, de acordo com o país, em 2021



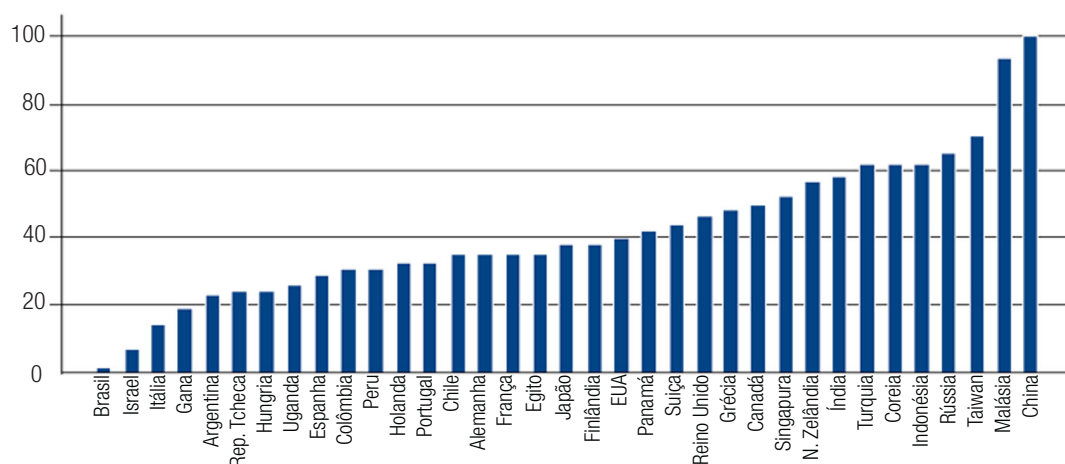
Fonte: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD, 2023).

É conhecida a defasagem entre o salário dos professores da Educação Básica e a média dos profissionais de outras áreas no Brasil (Silva *et al.*, 2019), que se destacou em 2021 porque foi o país que pior remunerou os seus professores (OECD, 2023).

As configurações de gênero, que atribuem papéis específicos a homens e mulheres em nossa sociedade, estão na base da feminilização, ou seja, quando as mulheres são majoritárias numa ocupação, a exemplo da Educação Básica. As mulheres são identificadas pelas habilidades de cuidar das crianças e pelo instinto maternal, portanto, nessa concepção, seriam mais afeitas às demandas da docência (Prá; Cegatti, 2016). Este estereótipo de gênero explica, ao menos em parte, o menor valor atribuído ao trabalho das mulheres em comparação ao dos homens, tendo em vista que a segregação ocupacional por sexo resulta na desqualificação das profissões claramente femininas com efeitos negativos sobre a remuneração e prestígio social (Vaz; Botassio, 2023).

Quanto ao prestígio, é uma variável relevante na representação social do valor conferido a uma ocupação. Pesquisa realizada em 35 países utilizou dados de acesso aberto para medir o prestígio de ensinar em comparação com outras ocupações, criando o Índice Global de Prestígio do Professor (GTPI), sigla para o termo em inglês (Dolton *et al.*, 2018). Na comparação do GTPI entre países, em uma escala de 0 a 100, o Brasil foi o país com pior resultado (abaixo de dez pontos), e a China com o melhor resultado (acima de 90 pontos) (Gráfico 2). Vale destacar a correlação positiva entre o GTPI e a percepção dos professores sobre a valorização da sua profissão na sociedade (OECD, 2023).

Gráfico 2- Índice Global de Prestígio do Professor, de acordo com o país, 2018



Fonte: Dolton *et al.*, 2018.

Definição dos indicadores das condições de trabalho e saúde dos professores da educação básica no Brasil

O indicador é uma estimativa de uma dimensão do que se quer avaliar em uma população alvo. O indicador de saúde é uma medida que reflete uma determinada situação de saúde (OPAS, 2018). Por correspondência, o indicador de condições de trabalho é uma medida das circunstâncias em que a atividade laboral é desenvolvida num ambiente específico. Estes indicadores são considerados chave para embasar a formulação de

estratégias de prevenção e alocação de recursos. Para os objetivos da saúde pública, geralmente, são estudados por meio de inquéritos transversais realizados por meio de questionários. Os resultados produzidos por autorrelato são considerados confiáveis e úteis. Desde a década de 1960, os inquéritos de saúde são realizados em vários países com o objetivo de identificar a prevalência de morbidades, hábitos de saúde e acesso a serviços, entre outros objetivos (Assunção *et al.*, 2019).

Utilizado na área da saúde do trabalhador, este conjunto de indicadores, por sua vez, diz respeito a grupos, ou seja, frações da população geral, que apresentam em comum o vínculo de emprego sob condições laborais particulares. Em síntese, a estratégia de conduzir inquéritos em grupos ocupacionais, utilizando indicadores específicos, permite examinar a hipótese sobre a contribuição das condições de trabalho nos resultados de saúde em adultos trabalhadores (Assunção *et al.*, 2019).

Dois conjuntos de indicadores foram elaborados com base em estudo aprofundado da literatura e oficinas com gestores e pesquisadores experientes no tema. Estes indicadores estão em sintonia com o estado de arte no que se refere à prevalência de problemas de saúde na categoria, os fatores de risco e as possíveis consequências.

- Indicadores de condições de trabalho: ruído intenso no ambiente de trabalho; violência verbal praticada pelos alunos; jornada de trabalho prolongada; percepção de fraco apoio social na escola; percepção de autonomia cerceada no trabalho escolar; pressão para comparecer ao trabalho; absenteísmo por problemas de transporte para a escola e absenteísmo por ter vivenciado evento estressante na escola (Quadro 1).
- Indicadores de saúde do (a) professor (a): absenteísmo por doença em geral; absenteísmo por problemas de voz; absenteísmo por problemas respiratórios; absenteísmo por problemas emocionais; doenças profissionais; autoavaliação negativa de saúde; utilização de medicamento ansiolítico ou antidepressivo; licença médica por problema de saúde pessoal, e acesso a exame médico periódico (Quadro 2).

Os indicadores refletiram as frequências relativas compostas por um numerador (número de professores que responderam afirmativamente à pergunta chave) e um denominador (número de entrevistados). As frequências relativas dizem respeito às informações relevantes sobre as dimensões relacionadas à situação de saúde dos professores e às ocorrências de interesse nos ambientes escolares das cinco regiões do país.

Quadro 1- Descrição dos indicadores de condições de trabalho nas escolas da Educação Básica e da (s) pergunta (s) que embasou(ram) o respectivo cálculo. Estudo Educatel, 2015/2016

Indicadores de condições de trabalho
Percentual de relatos sobre a exposição a ruído intenso no ambiente de trabalho: número de professores que necessitam elevar a voz para conversar com outra pessoa devido ao ruído intenso no local de trabalho / número de professores entrevistados que responderam “frequentemente” ou “às vezes” à questão “ <i>com que frequência, o ruído no trabalho é tão forte que você tem que elevar a voz para conversar com outra pessoa?</i> ”.
Percentual de relatos sobre violência verbal praticada pelos alunos: número de professores que sofreram violência verbal praticada pelos alunos / número de professores entrevistados que responderam “uma vez” ou “duas ou mais vezes” à questão “ <i>nos últimos 12 meses, você sofreu violência VERBAL praticada por alunos?</i> ”.
Percentual de relatos sobre jornada de trabalho prolongada: número de professores que trabalham 40 ou mais horas durante a semana / número de professores entrevistados que responderam “40 horas” ou “mais de 40 horas” à questão “ <i>Considerando todas as escolas em que você trabalha atualmente COMO PROFESSOR, qual a sua carga horária semanal?</i> ”.
Percentual de relatos sobre apoio social na escola: número de professores que percebem contar com apoio social na escola / número de professores entrevistados. Para o cálculo desse indicador, foi criado um escore somando as respostas às questões “ <i>existe um ambiente calmo e agradável onde você trabalha?</i> ”; “ <i>No trabalho, todos se relacionam bem uns com os outros?</i> ”; “ <i>Você pode contar com o apoio de seus colegas de trabalho?</i> ”; “ <i>Se você não tiver num bom dia, seus colegas compreendem?</i> ”; “ <i>No trabalho, você se relaciona bem com seus chefes?</i> ”; e “ <i>Você gosta de trabalhar com seus colegas?</i> ”. Acresce ao escore um ponto para cada resposta “frequentemente”, dois para “às vezes”, três para “raramente” e quatro para “nunca” ou “quase nunca”. Professores com escore maior do que sete (percentil 50) foram definidos como aqueles que percebem fraco apoio social na escola.
Percentual de relatos sobre cerceamento da autonomia no trabalho escolar: número de professores com relatos de autonomia cerceada na escola / número de professores entrevistados que responderam “raramente” ou “nunca” ou “quase nunca” à questão “ <i>esta escola dá oportunidade para o pessoal participar ativamente das decisões que são tomadas?</i> ”.
Percentual de relatos sobre pressão para comparecer ao trabalho: número de professores que têm dificuldade para faltar ao trabalho mesmo quando está com dor ou outro problema de saúde / número de professores entrevistados que responderam positivamente à questão “ <i>você tem dificuldade para faltar ao trabalho mesmo quando está com dor ou qualquer outro problema de saúde?</i> ”.
Percentual de absenteísmo por problema de transporte ou deslocamento para a escola: número de professores da Educação Básica que se ausentaram do trabalho por pelo menos um dia por problema de transporte ou de deslocamento de sua casa até a escola / número de professores entrevistados, que responderam positivamente às questões “ <i>nos últimos 12 MESES, você faltou ao trabalho pelo menos um dia (Por qualquer que seja o motivo)?</i> ” e “ <i>você faltou porque teve um problema de transporte ou de deslocamento de sua casa até a escola?</i> ”.
Percentual de absenteísmo por ter vivenciado evento estressante na escola: número de professores que se ausentaram do trabalho por pelo menos um dia por terem vivenciado algo estressante na escola / número de professores entrevistados, que responderam “ <i>nos últimos 12 MESES, você faltou ao trabalho pelo menos um dia (Por qualquer que seja o motivo)?</i> ” e “ <i>você faltou porque vivenciou algo estressante na escola?</i> ”.

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 2- Descrição dos indicadores de saúde do professor e da (s) pergunta (s) que embasou(ram) o respectivo cálculo. Estudo Educatel, 2015/2016

Indicadores de saúde do professor
Percentual de absenteísmo por doença em geral: número de professores que se ausentaram do trabalho por causa de problemas de sua saúde / número de professores entrevistados que responderam positivamente às questões “ <i>nos últimos 12 MESES, você faltou ao trabalho pelo menos um dia (Por qualquer que seja o motivo)?</i> ” e “ <i>você faltou por causa de problemas de SUA saúde? Não estou falando de problemas de saúde de outras pessoas, mas seu</i> ”.
Percentual de absenteísmo por problemas de voz: número de professores que se ausentaram do trabalho por problemas de voz / número de professores entrevistados que responderam positivamente às questões “ <i>nos últimos 12 MESES, você faltou ao trabalho pelo menos um dia (Por qualquer que seja o motivo)?</i> ”; “ <i>Você faltou por causa de problemas de SUA saúde?</i> ” e “ <i>Qual foi o motivo de saúde... Problema de voz (como rouquidão, perda da voz)?</i> ”.
Percentual de absenteísmo por problemas respiratórios: número de professores que se ausentaram do trabalho por problemas respiratórios / número de professores entrevistados que responderam positivamente às questões “ <i>nos últimos 12 MESES, você faltou ao trabalho pelo menos um dia (Por qualquer que seja o motivo)?</i> ”; “ <i>Você faltou por causa de problemas de SUA saúde?</i> ” e “ <i>Qual foi o motivo de saúde... Problemas respiratórios (como asma, bronquite, rinite, sinusite)?</i> ”.
Percentual de absenteísmo por problemas emocionais: número de professores que se ausentaram do trabalho por problemas emocionais / número de professores entrevistados que responderam positivamente às questões “ <i>nos últimos 12 MESES, você faltou ao trabalho pelo menos um dia (Por qualquer que seja o motivo)?</i> ”; “ <i>Você faltou por causa de problemas de SUA saúde?</i> ” e “ <i>Qual foi o motivo de saúde? Problemas emocionais (como depressão, estresse, ansiedade)?</i> ”.
Percentual de doenças profissionais: número de professores, que, ao serem atendidos no serviço de saúde, foram diagnosticados com doença ocupacional ou profissional / número de professores entrevistados que responderam positivamente às questões “ <i>você procurou um serviço de saúde por causa de algum desses problemas (serviço público ou particular)?</i> ” e “ <i>no serviço onde você foi atendido, o problema foi considerado como doença ocupacional ou profissional?</i> ”.
Percentual de autoavaliação negativa de saúde: número de professores que consideraram sua saúde muito ruim ou ruim / número de professores entrevistados que responderam “muito ruim” ou “ruim” ou “regular” à pergunta “ <i>Em geral, você diria que a sua saúde é?</i> ” foram considerados como alguém que avalia negativamente a sua saúde.
Percentual de uso de medicamento ansiolítico ou antidepressivo: número de professores que utilizaram algum medicamento ansiolítico ou antidepressivo / número de professores entrevistados que responderam positivamente à questão “ <i>nas últimas 4 SEMANAS, você usou medicamento ansiolítico (por exemplo, calmante) ou antidepressivo (medicamento comprado na farmácia ou adquirido no posto de saúde)?</i> ”.
Percentual de licença médica por problema de saúde pessoal: número de professores que receberam licença médica por problema de saúde pessoal / número de professores entrevistados que responderam positivamente às questões “ <i>você procurou um serviço de saúde por causa de algum desses problemas (serviço público ou particular)?</i> ” e “ <i>você recebeu licença médica por esse problema de saúde pessoal?</i> ”.
Percentual de relatos sobre acesso a exame médico periódico: número de professores que têm acesso a exame médico periódico / número de professores entrevistados que responderam positivamente à questão “ <i>você tem acesso a exame médico periódico encaminhado pela escola?</i> ”.

Fonte: Elaboração própria.

Metodologia do Estudo Educatel

Os dados do Censo Escolar subsidiaram o cálculo da amostra probabilística e o telefone de contato dos professores sorteados. O plano amostral foi complexo com estratificação da população, seguida de seleção por amostragem aleatória dos professores em cada um dos estratos. A estratificação da população foi definida a partir de uma combinação de categorias das seguintes variáveis: (a) grandes regiões (Norte, Nordeste, Centro-oeste, Sudeste e Sul), (b) área censitária (urbana e rural), (c) faixas etárias (≤ 34

anos; entre 35 e 44 anos; entre 45 e 54 anos e ≥ 55 anos), (d) sexo (masculino e feminino), (e) dependência administrativa da escola (estadual, municipal, privada e outras), (f) tipo de vínculo (concursado/efetivo/estável, contrato temporário, rede privada, contrato CLT e outros), e (g) etapa de ensino (Infantil, Fundamental, Médio, EJA, Profissional e outros).

Com base nos referidos parâmetros, calculou-se o tamanho amostral mínimo de aproximadamente 6.500 professores para estimar, com coeficiente de confiança de 95% e erro máximo de cerca de 1,15% pontos percentuais, o percentual de absenteísmo no conjunto completo da população estudada. Mais informações sobre a amostragem estão disponíveis em artigo de acesso aberto (Vieira *et al.*, 2019).

Os ajustes estatísticos foram necessários para ponderar as respostas dos participantes e garantir a representatividade do universo dos professores da Educação Básica do país. O fator de ponderação foi estimado em duas etapas. A primeira etapa reflete os parâmetros principais do desenho amostral, ou seja, o inverso das probabilidades de seleção de cada um dos professores (peso amostral básico), e a segunda etapa para corrigir a influência dos casos de não resposta sobre as estimativas do estudo. Um fator adicional para a equiparação da amostra àquela registrada pelo censo escolar, de acordo com a distribuição das variáveis utilizadas no plano amostral do inquérito (pós-estratificação), também foi utilizado (Vieira *et al.*, 2019).

Tendo em vista a complexidade logística e o alto custo envolvidos na realização de entrevistas presenciais, optamos pela entrevista telefônica. Os professores da Educação Básica foram inicialmente contatados por meio de ligação para o telefone fixo da escola sorteada na amostra. Após verificar junto ao assistente escolar se o professor sorteado trabalhava na unidade escolar (UE) (condição de elegibilidade), diante da anuência do professor, iniciava-se a entrevista. No início e, mais de uma vez durante a entrevista, o professor era informado sobre a importância de sua participação, considerando a seleção daquela UE no procedimento amostral, bem como a relevância em captar seu testemunho sobre saúde e condições de trabalho na UE. A equipe responsável contou com 30 entrevistadores, dois supervisores e um supervisor geral. Estas entrevistas, com duração de oito minutos, foram realizadas entre outubro de 2015 e março de 2016.

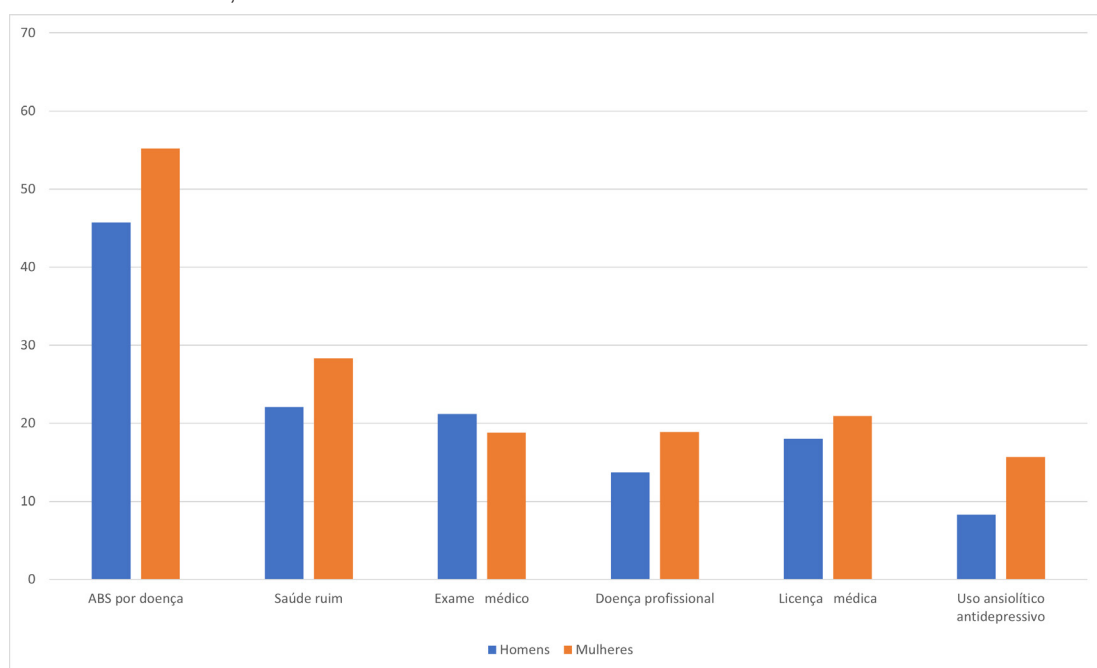
As perguntas do questionário abordaram: a) Absenteísmo; b) Saúde e estilo de vida; c) Carga geral de trabalho; d) Condições do ambiente e entorno do trabalho; e) Condições psicossociais do trabalho, e f) Características demográficas e socioeconômicas. O processo de construção do questionário teve seu início com a revisão das experiências nacionais e internacionais na área da saúde, da saúde do trabalhador e da saúde dos professores, particularmente. A etapa de avaliação do questionário incluiu três rodadas com professores e estudantes de Pós-Graduação voluntários para verificar a adequação e a clareza da terminologia usada, o formato das questões (aberta ou fechada) e das alternativas de resposta, a organização interna das questões no instrumento, a produção das respostas e a duração da entrevista. A adequação do questionário foi confirmada após a avaliação de cada uma das questões quanto à compreensão do enunciado e quanto ao seu objetivo. Foram abordados adequação e formato das questões e opções de resposta. Ao final, aprovou-se o questionário composto por 54 perguntas curtas e simples, a maioria composta de questões fechadas.

Vale ainda mencionar que as informações relevantes, como sexo, idade (data de nascimento), vínculo empregatício, zona de residência, escolaridade do professor foram obtidas junto ao Censo Escolar de 2014 (Assunção *et al.*, 2019).

Resultado e discussão do Estudo Educatel

Participaram 4.116 mulheres e 2.394 homens. Um em cada quatro professores entrevistados consideraram ruim a sua situação de saúde (Gráfico 3). Algumas características do trabalho, e não aquelas de cunho individual, aumentaram a probabilidade de pior autoavaliação de saúde, como perceber pressão para comparecer ao trabalho, mesmo estando doente, experiências de violência verbal praticada pelo aluno, antiguidade na profissão e indisciplina na sala de aula, bem como longo percurso (mais de 50 minutos) de casa até a escola (Morais *et al.*, 2023).

Gráfico 3- Distribuição da frequência (%) de relatos sobre saúde e acesso a exame médico, de acordo com o sexo. Educatel, 2015/2016

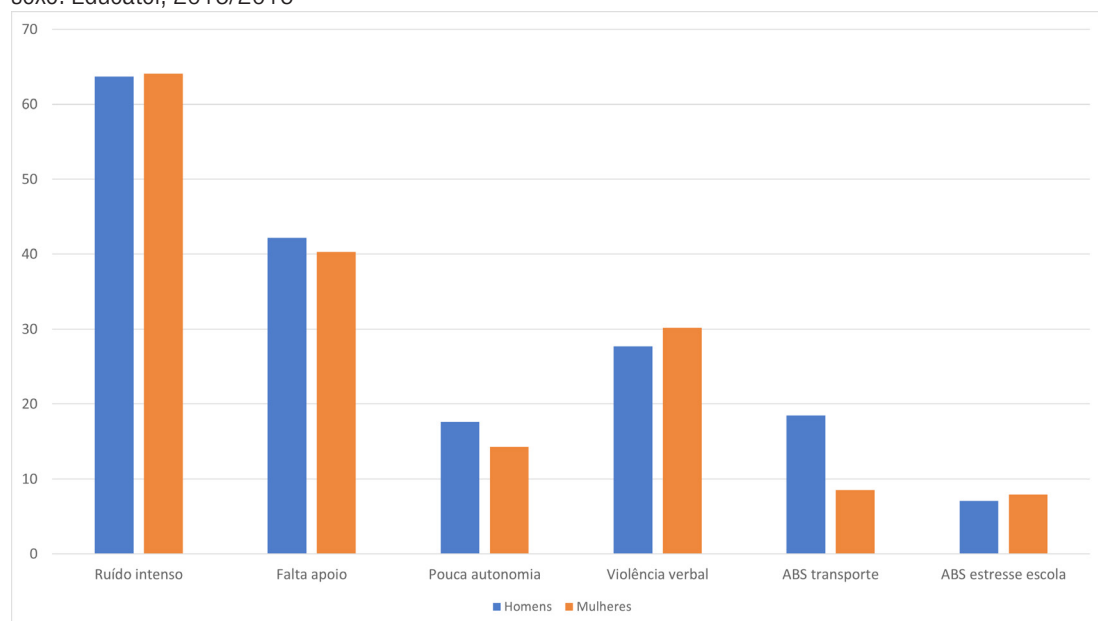


Fonte: Elaboração própria.

A frequência de absenteísmo por problema de transporte ou de deslocamento no trajeto de casa para a escola foi maior entre os professores que trabalhavam na região Nordeste (14,2%), e menor na região Sul (4,9%), sendo o dobro em áreas rurais (18,5%) do que em áreas urbanas (7,2%). A frequência desses relatos foi maior entre homens (11,2%) do que entre as mulheres (8,5%) (Gráfico 4), e tendeu a diminuir após os 44 anos, variando entre 10,3% em indivíduos com idade entre 35 e 44 até 4,8% em indivíduos com 55 anos ou mais.

Existem evidências sobre o risco aumentado de doenças cardíacas (Kivimäki *et al.*, 2015), cerebrovasculares e diabetes (Wong, 2019), depressão (Ogawa *et al.*, 2018), entre outras doenças, nos grupos expostos a jornadas semanais prolongadas. A fadiga crônica relacionada à privação de sono é intermediadora na cadeia que liga exposição à jornada prolongada e piores resultados de saúde (Wong, 2019). À exceção dos professores lecionando nas escolas da região Sudeste, os demais relataram jornada semanal superior a 40 horas, com destaque para os entrevistados da zona rural versus zona urbana (Gráfico 5).

Gráfico 4- Distribuição da frequência (%) de relatos sobre as condições de trabalho, de acordo com o sexo. Educatel, 2015/2016



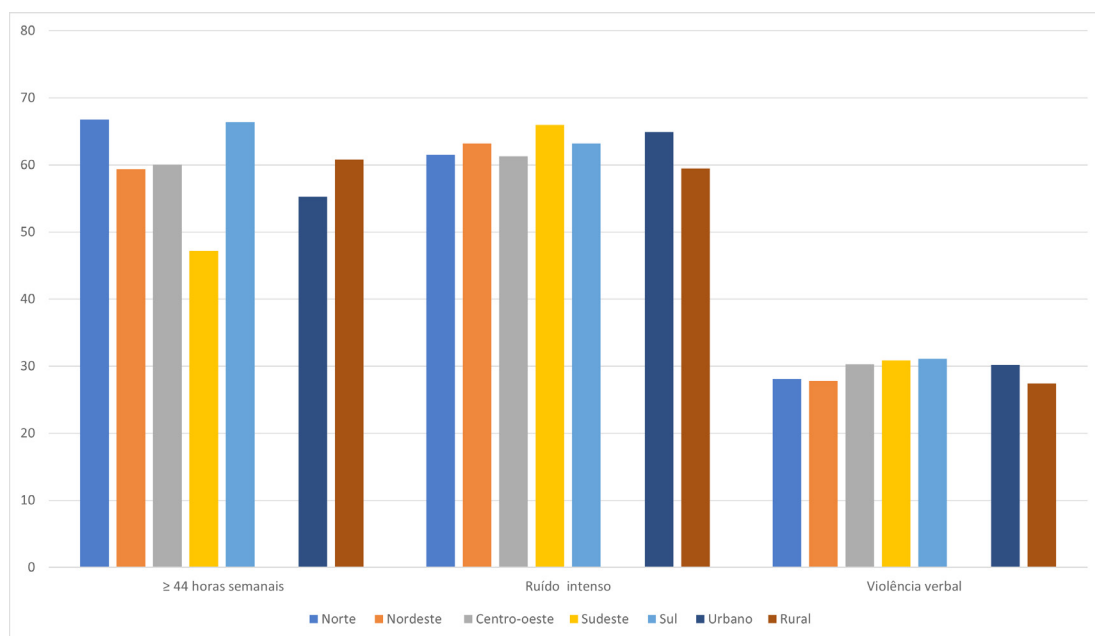
ABS - absenteísmo.

Fonte: Elaboração própria.

A frequência de relatos sobre a exposição a ruído intenso no ambiente de trabalho (Rezende *et al.* 2019) foi de 64,0%, maior na área urbana (64,9%) do que na área rural (59,5%), sendo similar entre homens e mulheres (Gráfico 4). Esta frequência tendeu a ser maior entre os professores que trabalhavam na região Sudeste (66,0%), e menor na região Centro-Oeste (61,3%) (Gráfico 5).

Estes resultados são convergentes com a literatura. O ruído de fundo é o risco ambiental mais citado pelos professores nas pesquisas em diferentes países (Caviola *et al.*, 2021; Mogas-Recalde *et al.*, 2021), sendo originado em ambientes externos (tráfego, corredores, pátio do recreio e quadra poliesportiva) ou internos à sala de aula (ventilador, ar-condicionado, dispositivos tecnológicos em geral). As análises da intensidade sonora em ambientes escolares no Brasil identificaram índices superiores ao limite recomendado pelas normas técnicas (Klock *et al.*, 2016).

Gráfico 5- Indicadores de condições de trabalho por região e zona censitária da escola do professor entrevistado. Educatel, 2015/2016

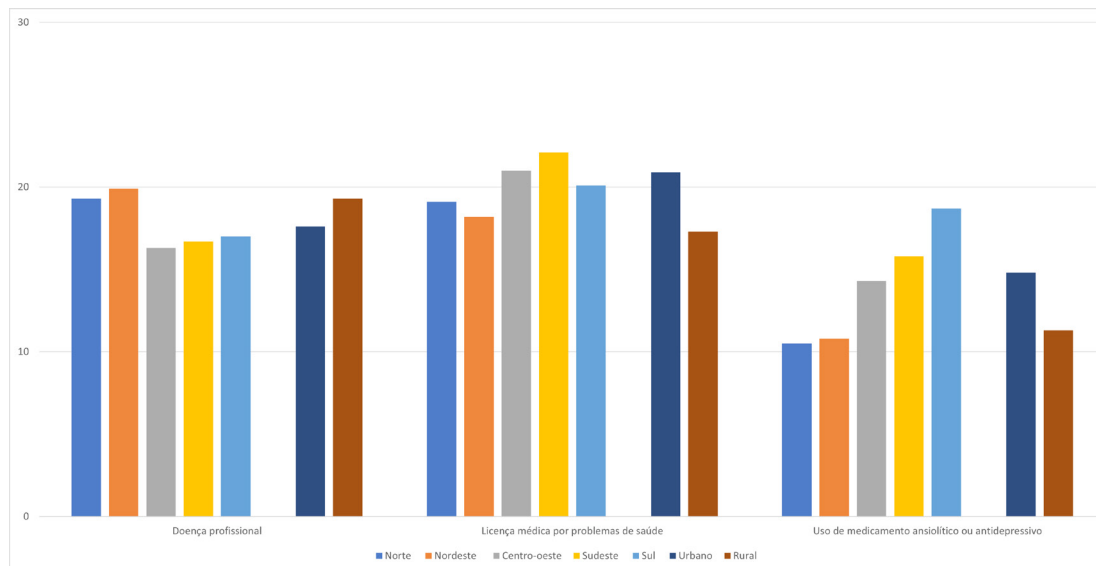


Fonte: Elaboração própria.

A relação entre ruído, acústica da sala de aula, indisciplina do aluno e voz do professor tem sido amplamente explorada nos últimos anos (Mogas-Recalde *et al.*, 2021; Klock *et al.*, 2016; Mendes *et al.*, 2016). Os comportamentos vocais para compensar o ruído de fundo resultam em distúrbios da voz, principal motivo de saúde para as ausências ao trabalho mencionado pelos professores entrevistados no Estudo Educatel (Medeiros; Vieira, 2019).

No mês em que a entrevista foi realizada (últimas quatro semanas), o uso de medicamento ansiolítico ou antidepressivo foi de 14,3%, sendo maior na área urbana (14,8%) do que na área rural (11,3%). Maior frequência foi encontrada entre aqueles que trabalhavam na região Sul (18,7%) e menor entre aqueles que trabalhavam na região Norte (10,5%) (Gráfico 6). Quando comparado aos homens (8,3%), foi aproximadamente duas vezes maior entre as mulheres (15,7%), tendendo a aumentar com o incremento da idade (Gráfico 3). Vejamos que, considerando os resultados sobre a exposição a ruído intenso e jornada prolongada, não seria inesperada a alta frequência de uso de medicamento ansiolítico/antidepressivo.

Gráfico 6- Indicadores de saúde por região e zona censitária da escola do professor entrevistado. Educatel 2015/2016



Fonte: Elaboração própria.

A frequência de absenteísmo relacionado à vivência de algo estressante na escola foi maior entre aqueles que trabalhavam na região Sudeste (9,9%), e menor na região Centro-Oeste (5,8%). Quanto à zona censitária, foi maior a frequência desse evento na zona urbana (8,3%), se comparada à zona rural (4,9%). A frequência foi similar entre homens (7,1%) e mulheres (7,9%) (Gráfico 4). Observamos tendência de diminuição desses relatos entre os professores com idade igual ou superior a 55 anos (5,3%).

Os resultados são coerentes ao identificar associação entre os episódios de violência verbal perpetrada pelo aluno às ausências ao trabalho devido a eventos estressantes na escola e problemas emocionais (Maia *et al.*, 2019). A frequência de violência verbal praticada pelos alunos contra o professor foi maior nas escolas das regiões Sul (31,1%) e Sudeste (30,9%), e naquelas da zona urbana (30,2%), quando comparadas às escolas rurais (27,4%) (Gráfico 5). A frequência foi 30,2% entre as professoras e 27,7% entre os professores (Gráfico 4).

No rol de violência verbal, estão diferentes comportamentos agressivos dos alunos, como recusa arrogante em seguir as instruções, palavras de baixo calão, insultos pessoais, comentários racistas e gestos obscenos. Este tipo de agressão tende a evoluir numa escalada em que episódios indiretos são sucedidos por episódios diretos até ataques, sendo objeto de preocupação crescente nos países (Lamula-Mthanti, 2023). Surpreendentemente, a violência indireta ainda permanece invisível para a sociedade. A questão é destacada, principalmente pela mídia, quando a escalada de violência alcança o nível de ataque, por exemplo, tiroteios ou esfaqueamento coletivo de alunos (Folha de São Paulo, 2023). Em escolas da cidade de São Paulo, entre os professores com esgotamento grave, 60% haviam

sofrido agressão na escola no último ano (Simões; Cardoso, 2022). A violência praticada pelos alunos contra os professores pode suscitar o desejo de abandonar a profissão (Lamula-Mthanti, 2023).

Observamos maior frequência de licença médica por problema de saúde pessoal (ao menos um dia no último ano) entre os professores da região Sudeste (22,1%), e menor na região Nordeste (18,2%). Quanto à zona censitária, a frequência dessas licenças foi maior na zona urbana (20,9%), se comparada à zona rural (17,3%). É possível que essa diferença reflita a desigualdade de acesso a serviços de saúde, com desvantagem para as regiões Norte e Nordeste, bem como para a zona rural (Gráfico 6). De forma convergente com Holmgren *et al.* (2009), a frequência foi maior entre as mulheres, quando comparadas aos homens, 20,9% e 18,0%, respectivamente (Gráfico 3), sendo possível interpretar estes resultados à luz da divisão sexual do trabalho, como será comentado.

A frequência das doenças profissionais foi maior entre os professores da zona rural (19,3%), se comparada à zona urbana (17,6%) (Gráfico 6). A menor frequência foi entre aqueles que lecionavam nas escolas da região Centro-Oeste (16,3%). Um em cada cinco professores da região Nordeste relatou ter sido diagnosticado com doença profissional. A doença profissional foi mais frequente entre as mulheres (18,9%), se comparadas aos homens (13,7%) (Gráfico 3).

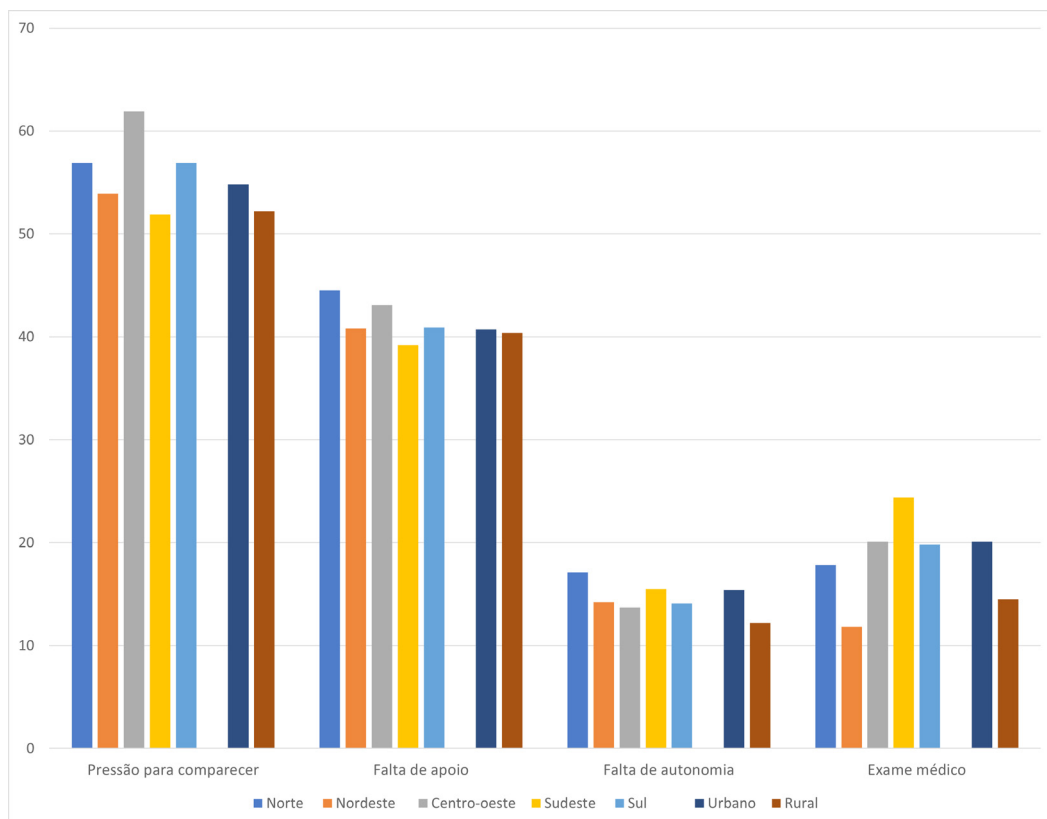
O aumento da carga de trabalho tem sido associado a doenças profissionais, bem como a licenças médicas. A desigualdade de gênero na distribuição do tempo destinado ao trabalho não remunerado ou doméstico contribui para as interpretações sobre maior frequência desses resultados em mulheres (Holmgren *et al.*, 2009). A maior prevalência de doenças profissionais e de licenças médicas entre as professoras pode ser efeito da restrição de tempo que elas enfrentam para cuidar da própria saúde, em função da dupla jornada (Carvalho; Santos, 2022).

Apenas um a cada cinco professores relataram acesso a exame médico periódico encaminhado pela escola. A frequência foi maior que o dobro entre aqueles que trabalhavam na região Sudeste (24,4%), se comparados àqueles da região Nordeste (11,8%). Verificamos uma frequência de 20,1% e 14,5%, nas escolas da zona urbana e rural, respectivamente (Gráfico 7). O relato de acesso a esses exames foi 21,2% e 18,8%, para os homens e as mulheres, respectivamente (Gráfico 3).

Talvez as diferenças na distribuição regional desse indicador estejam relacionadas à constatada precariedade da infraestrutura escolar na zona rural (Pereira; Castro, 2021), com desvantagens para as regiões Norte e Nordeste (UNESCO, 2019). Disparidades no acesso ao ensino de qualidade entre o meio urbano e rural vêm sendo constatadas desde o primeiro censo escolar, realizado em 1964 (Souza-Chaloba; Moraes, 2022).

A rede nacional de atenção integral à saúde do trabalhador no Sistema Único de Saúde (Renast-SUS) foi estruturada a partir de 2002 para atuar de forma articulada com os diferentes níveis da atenção no sistema com objetivo de identificar os agravos decorrentes do trabalho para estabelecer ações pertinentes. No que se refere à atenção à saúde dos professores, foram identificadas poucas experiências na Renast. Além disso, no âmbito da gestão escolar, as ações são prioritariamente por meio das gerências de perícias médicas (GPM), ou seja, com o foco na medicina do trabalho (Santana; Neves, 2017).

Gráfico 7- Indicadores de condições de trabalho por região e zona censitária da escola do professor entrevistado. Educatel 2015/2016

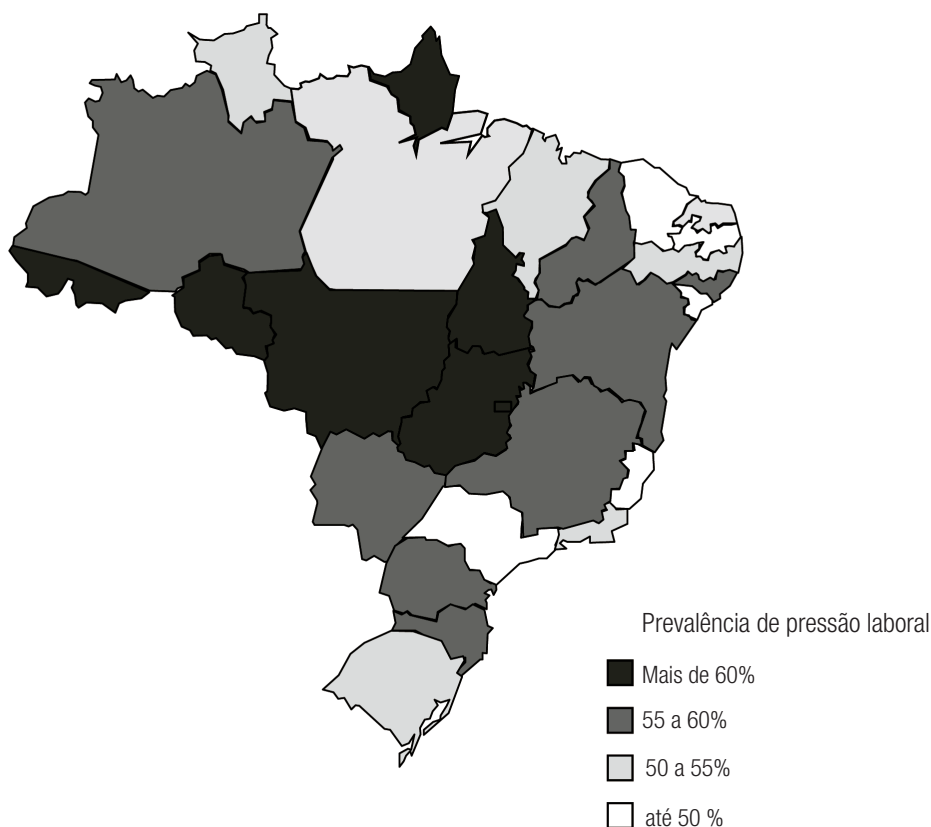


Fonte: Elaboração própria.

O apoio social é uma condição psicossocial de trabalho que tem a ver com a quantidade e qualidade das relações sociais e com a disponibilidade de recursos instrumentais para uma organização apoiar os seus membros (Woodhead *et al.*, 2016). Foi alta a proporção de professores que perceberam ausência de apoio social no trabalho (Gráfico 7), sendo maior entre aqueles que trabalhavam na região Norte (44,5%), e menor na região Sudeste (39,2%). Os resultados foram similares quando comparados à zona urbana (40,7%) e rural (40,4%). A frequência foi semelhante entre as faixas etárias e entre os sexos, sendo 42,2% e 40,3%, para os homens e as mulheres, respectivamente (Gráfico 4).

A frequência de relatos sobre autonomia cerceada na escola foi maior entre os professores que trabalhavam na região Norte (17,1%), e menor na região Centro-Oeste (13,7%). A frequência desses relatos foi 15,4% e 12,2%, nas escolas da zona urbana e rural, respectivamente (Gráfico 7). E mais frequentes entre os homens quando comparados às mulheres, 17,6% e 14,3%, respectivamente (Gráfico 4), sem diferenças etárias.

Figura 1- Mapa temático ilustrando a prevalência de pressão laboral por unidade federativa relatada pelos professores entrevistados. Educatel 2015/2016



Fonte: Elaboração própria.

Coerente com os resultados sobre as condições psicossociais de trabalho, mais da metade da amostra (55%) relatou que sofre pressão para comparecer à escola, mesmo quando estão com dor ou qualquer outro problema de saúde, sendo mais frequente na região Centro-Oeste (Gráfico 7) (Assunção; Abreu, 2019). Diferenças entre as unidades federativas também foram observadas (Figura 1).

O absenteísmo designa a falha em comparecer ao trabalho (Badubi, 2017). O termo é usado pelos administradores, sobretudo em departamentos de recursos humanos, sem discriminar os motivos da ausência. Desde 1995, os epidemiologistas têm evidenciado a origem multidimensional do ato de faltar ao trabalho (Marmot *et al.*, 1995). Para a administração, contudo, a ausência é considerada um tipo de mau comportamento cujo objetivo seria se desvencilhar das obrigações profissionais (Badubi, 2017).

Sobre o absenteísmo motivado por problema de saúde, 17,7% responderam não ter comparecido para trabalhar em razão de distúrbios vocais, 14,7%, 14,6% e 14,5%,

mencionaram, respectivamente, ausência devido a problemas musculoesqueléticos (Barbosa, *et al.*, 2023) e respiratórios e emocionais (Medeiros; Vieira, 2019).

Em que pesem os resultados difundidos na literatura sobre as vantagens de incentivos ao professor para reduzir a ocorrência desses eventos (Lepine, 2022), o enfoque em que diferentes fatores são analisados de forma articulada para explicar as faltas ao trabalho por motivo de doença mostrou-se mais consistente do que a abordagem pautada exclusivamente no domínio administrativo (Bekker *et al.*, 2009).

O processo da pesquisa sustentou o desenvolvimento da hipótese seguinte. Fatores macroestruturais, em vez de idiosincrasias individuais, concorrem para a cadeia causal: sobrecarga do professor → perturbações do organismo → sintomas → adoecimento → diminuição das capacidades físicas, psíquicas e emocionais → não comparecimento para trabalhar (Barbosa *et al.*, 2023; Assunção; Abreu, 2019; Maia *et al.*, 2019; Medeiros; Vieira, 2019).

Considerações finais

Considerando a coerência dos resultados obtidos, nos parecem adequados os indicadores formulados. Observamos, no território nacional, que a percepção dos professores sobre as condições de trabalho e a situação de saúde estão articuladas a fatores estruturais, sendo relevantes as diferenças geográficas.

As análises por grandes regiões e zona censitária seguem, em alguma medida, o padrão das desigualdades de saúde muito conhecidas no país. Licença médica e uso de medicamentos dependem de acesso a serviços de saúde. De forma coerente, foram mais reportadas pelos professores das regiões Sul e Sudeste, onde a oferta de serviços de saúde é maior que nas demais regiões (Arruda *et al.*, 2018). Chama atenção a maior frequência de doenças profissionais nas regiões Norte e Nordeste, haja vista que o diagnóstico dessas doenças depende de avaliação médica especializada. Vale destacar a coerência na distribuição regional entre os indicadores de saúde e condições de trabalho, conforme indicam os resultados obtidos no Estudo Educatel, e os indicadores de infraestrutura escolar (UNESCO, 2019). Será necessário investigar futuramente quais são as doenças predominantes, de acordo com as características regionais dos sistemas escolares e se estão sendo monitoradas. Esta preocupação tem a ver, por exemplo, com o resultado que indica menor frequência de exames médicos periódicos nas regiões Norte e Nordeste. Isto é, provavelmente, o número e tipo de doenças profissionais são relevantes, independentemente das dificuldades de acesso a serviços especializados.

É considerada marcante a diferença entre os indicadores educacionais dos meios rural e urbano. Esta diferença foi observada na distribuição dos indicadores das condições de trabalho. Quanto ao absenteísmo por problemas de transporte, como o esperado, a frequência foi maior na zona rural. Ruído, violência verbal e condições psicossociais de trabalho foram mais frequentes nas escolas da zona urbana. De certo modo, os centros urbanos concentram maior fonte de ruído e conflitos interpessoais. Quanto às condições psicossociais, autonomia e apoio social, elas dependem dos modelos de gestão escolar, que, nesse caso, seriam mais negativos na zona urbana? Promover a autonomia e apoiar o trabalho, por exemplo, reconhecendo as perspectivas do professor ou retornando

periodicamente os resultados das avaliações, é uma iniciativa eficaz no plano da gestão porque tem efeito amortecedor na sensação de esgotamento (Madigan; Kim, 2021).

Ensinar é reconhecidamente um trabalho complexo, envolvendo ampla gama de técnicas, responsabilidades e interações. Os professores interagem com alunos, colegas de trabalho, gestores no nível da escola e da municipalidade. As circunstâncias sob as quais os professores desenvolvem suas atividades, incluindo a escalada de violência escolar, são produzidas nesse ecossistema de múltiplas interações e expressões da vida social que caracterizam o espaço escolar. Esta perspectiva socioecológica tem sido profícua no delineamento de intervenções para diminuir a violência contra professores.

As condições de trabalho citadas são determinadas também pelas condições dos estabelecimentos de ensino. Quanto a essas, fazem parte das avaliações sistêmicas, conduzidas oficialmente em âmbito nacional. Paradoxalmente, ainda não foram incluídos nos sistemas de avaliação da educação básica indicadores das condições de trabalho e da saúde dos professores. A nosso ver, esta situação parece ser um indício do avanço incipiente das metas de valorização profissional, já constatada pelos autores citados, bem como pelas avaliações transnacionais, também citadas.

Além disso, observamos que a situação de saúde dos professores é pouco relevante nas avaliações das barreiras para garantir o direito à Educação Básica com qualidade. As evidências sobre a taxa de licenças médicas, parca cobertura e assistência à saúde, entre outras situações mencionadas acima são pertinentes ao debate sobre a valorização da categoria, incluindo nessa pauta ações de planejamento e implantação de ações de promoção, prevenção de agravos e recuperação da saúde dos (das) professores (as).

Referências

AKIBA, Motoko *et al.* Do teachers feel valued in society? Occupational value of the teaching profession in OECD Countries. **American Educational Research Association**, Washington, DC, 9, 23328584231179184, 2023.

ARAÚJO, Tânia Maria de; PINHO, Paloma de Sousa; MASSON, Maria Lucia Vaz. Trabalho e saúde de professoras e professores no Brasil: reflexões sobre trajetórias das investigações, avanços e desafios. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, 2019.

ARRUDA, Natália Martins; MAIA, Alexandre Gori; ALVES, Luciana Correia. Desigualdade no acesso à saúde entre as áreas urbanas e rurais do Brasil: uma decomposição de fatores entre 1998 e 2008. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, 2018.

ASSUNÇÃO, Ada Ávila. Saúde dos professores da Educação Básica no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, e00002619, 2019.

ASSUNÇÃO, Ada Ávila; ABREU, Mery Natali Silva. Pressão laboral, saúde e condições de trabalho dos professores da Educação Básica no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, e00169517, 2019.

ASSUNÇÃO, Ada Ávila *et al.* Hipóteses, delineamento e instrumentos do Estudo Educatel, Brasil, 2015/2016. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.35, e00108618, 2019.

BADUBI, Reuben Mokwena. A critical risk analysis of absenteeism in the work place. **Journal of International Business Research and Marketing**, Zagreb, v. 2, n. 6, p 32-36, 2017.

BARBOSA, Rose Elizabeth Cabral *et al.* Afastamento do trabalho por distúrbios musculoesqueléticos entre os professores da educação básica no Brasil. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v 48, edepi5, 2023.

BEKKER, Marrie HJ; RUTTE, Christel; VAN RIJSWIJK, Karen. Sickness absence: A gender-focused review. **Psychology, Health & Medicine**, London, v. 14, n. 4, p. 405-418, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. **Planejando a próxima década**: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação. Brasília, DF: MEC/SASE, 2014. Disponível em: https://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. Acesso em: 22 fev. 2024.

CARVALHO, Virgínia Donizete de; SANTOS, Vitória Régia Lopes dos. Estressores psicossociais e saúde ocupacional entre docentes da educação básica pública. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, Brasília, DF, v. 22, n. 1, p. 1893-1901, 2022.

DOLTON, Peter *et al.* **Global teacher status index 2018**. London: Varkey Foundation. 2018. Disponível em: <https://www.varkeyfoundation.org/what-we-do/research/global-teacher-status-index-2018>. Acesso em: 22 fev. 2024.

ESTORMOVSKI, Renata Cecilia; ESQUINSANI, Rosimar Serena Siqueira. Brindes, certificados e vales-presente: valorização docente na educação básica. **Retratos da Escola**, Brasília, DF, v. 16, n. 34, p. 207-221, 2022.

FOLHA DE SÃO PAULO. Série de ataques a escolas exige ação imediata, dizem especialistas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, Cotidiano, 05 abr. 2023. Disponível em: <https://bit.ly/3wtz2da>. Acesso em: 22 fev. 2024.

HOLMGREN, Kristina *et al.* The prevalence of work-related stress, and its association with self-perceived health and sick-leave, in a population of employed Swedish women. **BMC Public Health**, London, v. 9, p. 73, 2009.

HYPOLITO, Álvaro Luiz Moreira. Trabalho docente e o novo Plano Nacional de Educação: valorização, formação e condições de trabalho. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 35, n. 97, p. 517-534, 2015.

JARDILINO, José Rubens Lima; SAMPAIO, Ana Maria Mendes; OLIVERI, Andressa Maris Rezende. Avaliação de desempenho docente: culpar, punir ou desenvolver profissionalmente? **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 111, p. 318-337, 2021.

KIVIMÄKI, Mika *et al.* Long working hours and risk of coronary heart disease and stroke: A systematic review and meta-analysis of published and unpublished data for 603,838 individuals. **Lancet**, London, v. 386, p. 1739-1746, 2015.



KLOCK, Margio Cezar Loss *et al.* Qualidade de vida acústica em ambientes escolares—um desafio à educação moderna. **Divers@!**, Curitiba, v. 9, n. 1/2, p. 14-19, 2016.

LAMULA-MTHANTI, Bawinile. A new phenomenon of learner-on-educator-violence: A case of two secondary schools in Umlazi Township, Durban. **International Journal of Research in Business & Social Science**, Istanbul, v. 12, n. 3, p. 483-491, 2023.

LÉPINE, Andrea. Teacher incentives and student performance: evidence from Brazil. **Education Finance and Policy**, San Marcos, v. 17, n. 3, p. 541-563, 2022.

MADIGAN, Daniel; KIM, Lisa. Does teacher burnout affect students? A systematic review of its association with academic achievement and student-reported outcomes. **International Journal of Educational Research**, Gilan, v. 105, e-101714, 2021.

MAIA, Emanuella Gomes; CLARO, Rafael Moreira; ASSUNÇÃO, Ada Ávila. Múltiplas exposições ao risco de faltar ao trabalho nas escolas da Educação Básica no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, e00166517, 2019.

MARMOT, Michael *et al.* Sickness absence as a measure of health status and functioning: from the UK Whitehall II study. **Journal of Epidemiology & Community Health**, London, v. 49, n. 2, p. 124-130, 1995.

MEDEIROS, Adriane; VIEIRA, Marcel. Ausência ao trabalho por distúrbio vocal de professores da Educação Básica no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, e00171717, 2019.

MENDES, Amanda Louize Félix *et al.* Voz do professor: sintomas de desconforto do trato vocal, intensidade vocal e ruído em sala de aula. **CoDAS**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 168-175, 2016.

MOGAS-RECALDE, Jordi; PALAU, Ramon; MÁRQUEZ, Marian. How classroom acoustics influence students and teachers: A systematic literature review. **Journal of Technology and Science Education**, Terrassa, v. 11, n. 2, p. 245-259, 2021.

MORAIS, Évelin Angélica Herculano de; ABREU, Mery Natali Silva; ASSUNÇÃO, Ada Ávila. Autoavaliação de saúde e fatores relacionados ao trabalho dos professores da educação básica no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 28, p. 209-222, 2023.

OECD. Organisation for Economic Co-Operation and Development. **Teachers' salaries (indicator)**. Paris: OECD, 2023. Disponível em: <https://www.oecd.org/en/data/indicators/teachers-salaries.html>. Acesso em: 22 fev. 2024.

OGAWA, Ryoko *et al.* The relationship between long working hours and depression among first-year residents in Japan. **BMC Medical Education**, Beijing, v. 18, n. 1, p. 50, 2018.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, p. 1127-1144, 2004.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Política educacional e a re-estruturação do trabalho docente: reflexões sobre o contexto latino-americano. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, p. 355-375, 2007.

OPAS. Organização Pan-Americana de Saúde. **Indicadores de saúde:** elementos conceituais e práticos. Washington, DC. 2018. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/documentos/indicadores-saude-elementos-conceituais-e-praticos>. Acesso em: 22 fev. 2024.

PEREIRA, Caroline Nascimento; CASTRO, César Nunes de. **Educação no meio rural:** diferenciais entre o rural e o urbano. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2021.

PRÁ, Jussara Reis; CEGATTI, Amanda Carolina. Gênero, educação das mulheres e feminização do magistério no ensino básico. **Retratos da Escola**, Brasília, DF, v. 10, n. 18, p. 215-228, 2016.

REZENDE, Bárbara Antunes *et al.* Fatores associados à percepção de ruído ocupacional intenso pelos professores da educação básica no Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 22, 2019.

SANTANA, Franciele Ariene Lopes; NEVES, Ilidio Roda. Saúde do trabalhador em educação: a gestão da saúde de professores de escolas públicas brasileiras. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 786-797, 2017.

SILVA, Jefferson Peixoto; FISCHER, Frida Marina. Invasão multiforme da vida pelo trabalho entre professores de educação básica e repercussões sobre a saúde. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 54, 2020.

SILVA, Osni Oliveira Noberto; MIRANDA, Theresinha Guimarães; BORDAS, Miguel Angel Garcia. Condições de trabalho docente no Brasil: ensaio sobre a desvalorização na educação básica. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, v. 13, n. 39, p. 63-73, 2019.

SIMÕES, Elaine Cristina; CARDOSO, Maria Regina Alves. Violência contra professores da rede pública e esgotamento profissional. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, p. 1039-1048, 2022.

SOUZA-CHALOPA, Rosa Fátima; MORAES, Agnes Iara Domingos. 200 anos de Educação Rural no Brasil: histórias de exclusão, abandono e discriminação. **Educação em Foco**, Juiz de Fora, v. 25, n. 46, p. 61-85, 2022.

STACEY, Meghan; WILSON, Rachel; MCGRATH-CHAMP, Susan. Triage in teaching: the nature and impact of workload in schools. **Asia Pacific Journal of Education**, Singapore, v. 42, n. 4, p. 772-785, 2022.

TAVARES, Priscilla; HONDA, Lucas. Absenteísmo docente em escolas públicas paulistas: dimensão e fatores associados. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 51, p. 601-635, 2021.

TOROPOVA, Anna; MYRBERG, Eva; JOHANSSON, Stefan. Teacher job satisfaction: the importance of school working conditions and teacher characteristics. **Educational Review**, Leuven, v. 73, n. 1, p. 71-97, 2021.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Qualidade da infraestrutura das escolas públicas do ensino fundamental no Brasil**. Brasília, DF: Unesco, 2019.

VASCONCELOS, Joyciane Coelho *et al.* Infraestrutura escolar e investimentos públicos em Educação no Brasil: a importância para o desempenho educacional. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 113, p. 874-898, 2021.

VAZ, Daniela Verzola; BOTASSIO, Diego Camargo. Occupational feminization and pay: The case of Brazil. **Brazilian Review of Econometrics**, São Paulo, v. 42, n. 1, e0220221, 2023.



VIEIRA, Marcel de Toledo; CLARO, Rafael Moreira; ASSUNÇÃO, Ada Ávila. Desenho da amostra e participação no Estudo XPXP. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, e00167217, 2019.

WONG, Kapo; CHAN, Alan; NGAN, Sherman. The effect of long working hours and overtime on occupational health: A meta-analysis of evidence from 1998 to 2018. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, Basel, v. 16, n. 12, p. 2102, 2019.

WOODHEAD, Erin; NORTHROP, Lynn; EDELSTEIN, Barry. Stress, social support, and burnout among long-term care nursing staff. **Journal of Applied Gerontology**, Conyers, v. 35, n. 1, p. 84, 2016.

ZARAGOZA, José Manuel Esteve. **O mal-estar docente**: a sala de aula e a saúde dos professores. São Paulo: Edusc, 1999.

Recebido em: 19.09.2024

Revisado em: 11.12.2024

Aprovado em: 10.01.2025

Editor: Prof. Dr. Roni Cleber Dias de Menezes

Ada Ávila Assunção é professora titular na Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública na linha de pesquisa Condições de Trabalho e Saúde. É pesquisadora do CNPq, pós-doutora em saúde pública, doutora em ergonomia e graduação em Medicina.

Emanuella Gomes Maia é professora adjunta do Departamento de Ciências da Saúde da da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). É professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde, mestre e doutora em enfermagem e graduação em Enfermagem.